

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIT

Competência técnica: Legislação Básica
Conhecimentos relacionados: Legislação Interna do PJERJ

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes conhecimento acerca do conjunto de regras que regulamentam o funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- Compreender os princípios constitucionais expostos na Constituição da República e do Estado, que embasam o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Relacionar as normas dispostas na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ) com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Identificar os órgãos jurisdicionais de 2ª instância e os órgãos administrativos, bem como suas respectivas atribuições e funcionamento;
- Diferenciar os principais aspectos dos processos em espécie julgados no Tribunal.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, estudo de casos, recursos audiovisuais, dinâmica de grupo.

Conteúdo Programático

- O RITJ e a Constituição Federal (arts. 93 X e XI; 94; 96, I; 97; 98, I e II; 125 e 126).
- O RITJ e a Constituição Estadual (arts. 158 a 162).
- O RITJ e o LODJ (arts. 15, 16, 24 ao 31).
- O Regimento Interno:
 - Da Composição, funcionamento e competência do Tribunal de Justiça;
 - Dos membros da Administração Superior do Tribunal de Justiça;
 - Do Tribunal Pleno;
 - Do Órgão Especial;
 - Do Conselho da Magistratura;
 - Da Seção Cível;
 - Dos Grupos de Câmaras Criminais;

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

- Das Câmaras.
- Funcionamento Geral:
 - Eleições e Indicações;
 - Dos Assuntos Administrativos e de Ordem Interna;
 - Das Substituições;
 - Das Sessões;
 - Da Pauta dos Julgamentos;
 - Da Ordem dos Trabalhos;
 - Da Discussão, Votação, Apuração dos Votos, dos Acórdãos.
- Dos Processos em espécie – noções básicas:
 - Do controle de constitucionalidade;
 - Da jurisprudência (uniformização e súmula de jurisprudência predominante);
 - Da Ação Penal Originária;
 - Do Recurso Hierárquico;
 - Da Reclamação;
 - Demais processos.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia (disponível na internet)

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

Acesso em: 02 de julho de 2018.

RIO DE JANEIRO. Constituição (1989). Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage>>

Acesso em: 02 de julho de 2018.

RIO DE JANEIRO. Lei n. 6956, de 13 de janeiro de 2015. (LODJ). Dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <

<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/18186/lei-lodj.pdf> > Acesso em: 02 de julho de 2018.

RIO DE JANEIRO. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. < <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/18661/regi-interno-vigor.pdf?v=04>

> Acesso em: 02 de julho de 2018.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 02 de julho de 2018.

BRASIL Decreto-Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689Compilado.htm > Acesso em: 02 de julho de 2018

IMPORTANTE: Sempre verifique no *site* do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

Carga horária

15 horas

Atualização: 16/07/2018	Revisão: 04
-------------------------	-------------